



REQUERIMENTO Nº , DE 2011

(Da Sra. Deputada Erika Kokay)

Requer o encaminhamento de pedido de informação ao Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado da Defesa sobre balanço geral das ações militares brasileiras como parte na Missão para Estabilização do Haiti da ONU (Minustah), elencando o número atual de soldados brasileiros em missão no Haiti, que tipo de ajuda/ações humanitárias foram promovidas até o momento, quais as reais condições de atendimento à população, se há o registro de violações cometidas por brasileiros e quanto representa o custo total aos cofres públicos brasileiros a operação militar no Haiti até a presente data.

Senhor Ministro,

Com amparo no art. 50, § 2º da Constituição Federal e arts. 24, inciso V, § 2º e 115, inciso I do Regimento Interno, vimos requerer que sejam solicitadas ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Defesa informações sobre as ações de intervenção militar do governo brasileiro no Haiti, desde fevereiro de 2004, como parte da Missão para Estabilização do Haiti da ONU (Minustah), de modo a oferecer um balanço de tais ações, conforme especificado abaixo:

- 1) É sabido que o Brasil lidera a Minustah desde 2004 e é o país com o maior número de militares presentes no Haiti. Qual é o número exato de brasileiros destacados para tal missão naquele país e quanto representa o custo total desta operação militar até a presente data?
- 2) Segundo dados de organizações nacionais e internacionais de defesa dos Direitos Humanos, inúmeras pessoas foram assassinadas e feridas pelos capacetes azuis da Minustah, a partir de 2004. Desde então foram registradas uma série de violações como massacres, torturas, estupros e outras agressões contra a população civil, sobretudo nas favelas. Nesse sentido, como o governo brasileiro se posiciona numa missão em que o País lidera?
- 3) O Haiti é o país mais pobre das Américas, com 75% da população sobrevivendo com menos de US\$ 2 por dia. Faltam alimentos, hospitais, água potável,



segurança, moradia, energia elétrica e cerca de 80% da população está desempregada. Nesse contexto, quais as reais condições de atendimento à população haitiana e que tipo de ajuda e/ou ações humanitárias foram feitas até o momento com o objetivo de se promover a estabilização desse país?

- 4) Após a divulgação do vídeo em que um garoto haitiano é humilhado e estuprado, no interior de uma base das Organizações das Nações Unidas (ONU), por um grupo de soldados uruguaio, o jornal uruguaio El País publicou um relato detalhado, que revela a verdadeira face da ocupação. "Dois deles me seguraram e dois deles me estupraram", revelou o garoto Johnny ao periódico. Relatório militar aponta apenas "má conduta", e manobras da ONU tentam garantir impunidade dos militares. Foi constatada em algum momento a participação de militares brasileiros nesse episódio e/ou em outros casos de violação de Direitos Humanos da população haitiana?
- 5) O general brasileiro Heleno Ribeiro Pereira, diante de uma comissão parlamentar no Congresso Brasileiro afirmou sobre os Estados Unidos, o Canadá e a França: "Estamos sob extrema pressão da comunidade internacional para usar a violência". Diante da posição de liderança exercida pelo Brasil no processo de ocupação do Haiti, desde 2004, e avaliando os fatos que ultimamente sucederam naquele país, qual é a rotina das ações desencadeadas pela missão e qual é a previsão para a saída definitiva das tropas dos países que compõem a Minustah (Argentina, Benin, Bolívia, Brasil, Canadá, Chade, Chile, Croácia, França, Jordânia, Nepal, Paraguai, Peru, Portugal, Turquia e Uruguai)?

JUSTIFICAÇÃO

A imprensa tem noticiado nos últimos meses a ocorrência de uma série de violações contra a população civil praticadas por militares integrantes da Missão de Estabilização do Haiti da ONU (Minustah), ação esta que é liderada pelo Brasil e que teve início pouco depois da destituição do ex-presidente Jean-Bertrand Aristide em uma revolta armada em fevereiro de 2004. A força é formada por tropas dos seguintes países: Argentina, Benin, Bolívia, Brasil, Canadá, Chade, Chile, Croácia, França, Jordânia, Nepal, Paraguai, Peru, Portugal, Turquia e Uruguai. Com cerca de 1.200 homens, o Brasil é o país com o maior número de militares e vem liderando a missão. Entretanto, não se tem notícia até o momento de que as condições de vida tenham melhorado de lá pra cá.

Prova disso, são os alarmantes dados estatísticos veiculados pela imprensa brasileira e internacional, segundo os quais o Haiti continua sendo o país mais pobre da América, onde 75% da população sobrevivem com menos de US\$ 2 por dia e apenas a quarta parte das rodovias são pavimentadas. Com a guerra e os golpes de Estado, a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

indústria têxtil haitiana diminuiu cerca de 80%, mas ainda representa 10% do PIB e 68% das exportações do país. Falta energia elétrica todos os dias e cerca de 80% da população está desempregada.

Para além do discurso oficial da ONU, de que a Minustah é uma missão humanitária e tem como principal objetivo garantir a paz e a governabilidade do território haitiano, os fatos mais concretos apontam para uma verdadeira intervenção político-militar em defesa da manutenção de interesses estrangeiros associados às classes dominantes locais.

Diante do monumental massacre imposto ao povo haitiano, Rachel Beauvoir Dominique, antropóloga, pesquisadora e professora da Universidade do Haiti, percorreu onze países para denunciar as violações praticadas em seu país sob o manto de uma suposta ajuda humanitária, quando, em verdade, o que se vê e se ouve é, definitivamente, o empreendimento de uma missão que não tem atendido às reais necessidades do povo haitiano nas áreas mais prementes, como saúde, educação e nos elementos de desenvolvimento social. Visto assim, a suposta tentativa de trazer a estabilidade haitiana, tem se configurado em uma evidente missão de dominação apoiada pela ONU. Tomemos por exemplo os registros de massacres, torturas, estupros e outras agressões contra a população civil, sobretudo nas favelas.

Isso posto e considerando a relevância da matéria em apreço, formulo o presente Pedido de informação.

Sala das Sessões, 10 de outubro de 2011.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – PT/DF